

Mães, nutrizes, mercenárias:

um mapeamento de amas de leite na
cidade do Rio de Janeiro no início do
século XX

Mothers, nursing mothers,
mercenaries: a mapping of wet nurse
in the city of Rio de Janeiro in the
early 20th century

CAROLINE AMORIM GIL

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História
das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz
(PPGHCS/COC-FIOCRUZ)
carolinegil91@yahoo.com.br

RESUMO: A virada do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, foi marcada por debates médicos em torno da mortalidade infantil. Neste cenário, a alimentação aparece no bojo das discussões acadêmicas como meio de salvar a infância e assegurar o desenvolvimento nacional. Este artigo tem por objetivo apresentar um mapeamento de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX. Tem como pontos de partida anúncios publicados no *Jornal do Brasil* e argumentos médicos. Fecha-se o quadro com a legislação municipal do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro sobre a fiscalização do leite que circulava na capital da República. Este é um período em que discurso médico, políticas públicas e práticas culturais terão imbricada relação na efetivação de ações destinadas a proteção do recém-nascido.

PALAVRAS-CHAVES: Infância. Ama de Leite. Rio de Janeiro.

ABSTRACT: The turn of the twentieth century in the city of Rio de Janeiro was marked by medical debates around infant mortality. In this context, food appears in the bosom of academic discussions as a means of saving childhood and ensuring national development. This article aims to present a mapping of breastfeeding in the city of Rio de Janeiro, in the first decade of the twentieth century. It has as its starting point ads published in *Jornal do Brasil* and medical arguments. We close the study with the municipal legislation of the General Archive of the City of Rio de Janeiro on the inspection of the milk that circulated in the capital of the republic. This is a period in which medical discourse, public policies and cultural practices will have imbricated relation in the accomplishment of actions destined to the protection of the newborn.

KEYWORDS: Childhood. Wet nurse. Rio de Janeiro.

A virada do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, foi marcada por debates médicos em torno da infância. A morte precoce era uma constante no cotidiano da população e tornava-se alvo de políticas públicas. Neste cenário, o aleitamento materno aparece nos debates acadêmicos como meio de salvar a infância e assegurar o desenvolvimento nacional em uma sociedade marcada por uma prática cultural já bastante arraigada – a utilização de amas de leite. O hábito corriqueiro dentre as famílias abastadas se disseminava, no início do século, entre as classes populares.

Este artigo tem por objetivo apresentar um mapeamento de amas na cidade do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX. A partir dos anúncios de oferta e procura pelos serviços de amas de leite, publicados diariamente no *Jornal do Brasil*, busca-se analisar sua relação com os argumentos médicos e a transformação da cidade. Fechamos o quadro com a legislação municipal, sob guarda do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, acerca da fiscalização do leite que circulava na capital da República. Este é um período em que discurso médico, políticas públicas e práticas sociais terão imbricada relação na efetivação de ações destinadas à proteção do recém-nascido.

No final do século XIX, o Brasil vivia os reflexos da reestruturação das formas de trabalho. A abolição da escravatura, ocorrida em 1888, transformou uma sociedade escravista em assalariada. De acordo com Sidney Chalhoub (1986), a realidade impunha uma nova visão sobre aqueles que receberiam um ordenado pela força de trabalho, do contrário, seriam um perigo em potencial à ordem pública.

O período entre 1902 e 1906 marca a alteração urbana da cidade, sob a gestão do prefeito Pereira Passos e de um grupo de sanitaristas, arquitetos, urbanistas, médicos e higienistas. A reforma buscava modificar o quadro sanitário da capital do país, definida por habitações insalubres, ruas sinuosas, ausência de esgotos e arborização (SEVCENKO, 1984; CHALHOUB, 1986; CARVALHO, 1987). Deste modo, a reforma foi responsável por estabelecer uma nova configuração espacial através da construção de longas avenidas como a Avenida Central, atual Av. Rio Branco, considerada “a mais importante artéria da cidade”, construções que culminaram com a derrubada de centenas de habitações e “[...] desabrigou milhares de trabalhadores e suas famílias, removendo, também, oficinas, pequenas fábricas e antigas lojas de comércio” (DAMAZIO, 1996, p. 26).

A cidade se expandia, desde meados do século XIX, através do aterramento de sacos e mangues, da chegada de iluminação a gás e do crescimento dos meios de transporte, encurtando as distâncias (SANTOS 1996;

ABREU, 2013). A República foi acompanhada por uma profunda alteração no quadro de empregos e busca por moradia nas imediações centrais, que refletia a especulação imobiliária (CHALHOUB, 1996). Foi nesta conjuntura de sobrevivência e precárias condições habitacionais, que a atividade do leite mercenário figurava na imprensa carioca.

Mãe, mulher, nutriz: a prática do aleitamento mercenário¹

Deus que vos deu leite juntamente com um filho é que quis que ele se aproveitasse do recurso [...] Quanta dista então a mulher, que se diz sendo civilizada, da fêmea de um animal.! Quanto se mostra esta mais discreta, mais carinhosa, mais prudente, mais sublime, mais mãe! (PINTO, 1859, p. 180 e 205).

Em 1859, o médico Ferreira Pinto publicava o livro intitulado *O médico da primeira infância ou o conselheiro da mulher grávida*. Preocupado com a mortalidade infantil, argumentava que a criança recém-nascida devia ser alimentada pela mãe; esta, por ser civilizada, não deveria abandonar a prole, uma vez que nem mesmo os animais o faziam: “Quanta dista então a mulher, que se diz sendo civilizada, da fêmea de um animal?”. Mas ressaltava que, em ausência da mãe, fosse empregado o leite de uma boa ama ou, em último caso, o leite de vaca.

A concepção de maternidade era ressaltada, por Ferreira Pinto e outros pares, como uma aptidão inerente a toda mulher, cuja disposição biológica condicionava ao dever de gerar. No clássico que desmitifica o amor materno, Elisabeth Badinter (1985)² problematiza a naturalização do sentimento maternal e chega à seguinte conclusão:

Mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É adicional (BADINTER, 1985, p. 365).

Assim como em Portugal e na Europa, no Brasil não era comum, nas classes mais abastadas, as mães exercerem a amamentação. O que se encontrava entre as famílias da elite era a utilização da ama escravizada — de posse do senhor ou alugada — ou a contratação de mulheres livres que se dispunham ao serviço.

Sandra Graham, ao analisar a relação entre patrões e empregados, entre 1860 e 1910, na cidade do Rio de Janeiro apontou que o lar implicava, direta ou indiretamente, a proximidade com os patrões pela vivência diária, ainda que silenciosa:

Apesar das desigualdades estabelecidas, uma vida doméstica impunha inevitáveis intimidades. Criados e senhores tinham de viver na presença constante uns dos outros, reproduzindo na rotina diária as complexas e incontáveis permutas simbólicas que os associavam (GRAHAM, 1992, p. 16).

A empregada simbolizava um corpo presente no espaço interno da casa. Nesse sentido, mucamas, cozinheiras e amas pertenciam ao serviço interno, à dinâmica de funcionamento da casa de seus senhores. Isso as tornava espectadoras e integrantes do cotidiano do lar.

Segundo Maria Luiza Marcílio, por volta de 1830, o leite condensado e o leite em pó tiveram suas primeiras produções em vários países — Suíça, Alemanha, Holanda, e Estados Unidos. Em 1865, ocorreu a criação da Farinha Láctea Nestlé, por um comerciante de Frankfurt (MARCÍLIO, 1998, p. 83). Marcílio sustenta que, com o desenvolvimento da indústria de leite artificial, as amas se tornaram obsoletas:

Resolvidos os processos de industrialização do leite condensado, do leite em pó e da vulcanização da borracha, e descobertos os meios de esterilização do leite de vaca, a amamentação artificial se tornou possível, sem riscos de contaminação e com as facilidades de sua conservação e distribuição.

Com esses progressos, o sistema de amas-de-leite mercenárias tornou-se obsoleto, e elas foram dispensadas. Esse foi um dos fatores que levou à extinção das Rodas de Expostos, que acabaram por desaparecer definitivamente da paisagem europeia em fins do século XIX (MARCÍLIO, 1998, p. 83).

Como aponta a autora, o leite artificial foi determinante para o fim do comércio do leite mercenário. Contudo, a análise da oferta e da procura de amas de leite no *Jornal do Brasil* indica que o processo de “esquecimento” das amas foi muito mais lento do que sugere a historiografia. Apesar do desenvolvimento das farinhas em fins do século XIX, na primeira década do século XX a imprensa contava com um número expressivo de anúncios de amas na cidade do Rio de Janeiro. Para os anos de 1900, 1903 e 1906 foram identificados 1.656 registros no *Jornal do Brasil*, indicando a menção diária da ama no periódico.

Ama de leite é o termo destinado a mulheres que amamentavam o filho de outras (MICHAELIS, 1998, p. 120). O serviço tinha como pressuposto ser um ofício de curta duração, possibilitado pela gravidez e a necessidade de renda. Nas primeiras décadas do século XX, a ama estava em alta, sendo discutidos meios de profissionalizar e fiscalizar a atividade desde meados do século XIX.

Na República, a ama foi a representação de mulheres que vendiam o próprio leite como mecanismo de subsistência ou complementação da renda familiar. Era produto da pobreza urbana, responsável por mobilizar um mercado de leite protagonizado por mulheres que representavam um perigo à ordem social. Identifica-se sua presença na sociedade como um resquício das práticas de colonização, hábito que permeava a corte portuguesa, desempenhado por escravas e livres e, mais tarde, por mulheres pertencentes às classes populares. Configura-se, no início do século XX, como objeto de ações médicas que seguem em duas vias: no convencimento das mães sobre a importância do aleitamento biológico e nas propostas de fiscalização do leite mercenário como forma de garantir uma alimentação segura.

A cidade do Rio de Janeiro e os espaços de procura e oferta do serviço mercenário de leite nos primeiros anos do século XX

Ao pesquisar o termo “ama de leite” na base da Biblioteca Nacional, entre 1900 e 1909, foi possível localizar 2.771 registros no *Jornal do Brasil*.³ O número de ocorrências não corresponde, necessariamente, ao quantitativo de anúncios do serviço de ama. Ela poderia aparecer das mais variadas formas — em discussões médicas, propagandas de remédios e personagem de peças teatrais.

A procura e a oferta podem ser observadas através dos termos “precisa-se” e “aluga-se”. A procura era feita por meio de anúncios iniciados com “precisa-se”, seguido pelos predicados que se buscavam na mulher para aleitar. Podia aparecer a idade do leite, a conduta esperada, uma possível indicação de remuneração, e um local para contato, como na busca pela ama asseada e carinhosa, partindo do bairro de Botafogo: “Precisa-se de uma boa ama de leite, asseada e carinhosa e, sobretudo, que seja sadia; na Travessa Sorocaba n. 1” (JORNAL DO BRASIL, 28/05/1900, p. 4). “Aluga-se” era o termo empregado pela mulher que se colocava a serviço do leite mercenário, indicando, por vezes, a sua história, a possível remuneração e o endereço para contato. Como a oferta que partia da região central: “Aluga-se uma ama de leite portuguesa: informe-se na Rua da Alfândega n. 172, até ao meio dia” (JORNAL DO BRASIL, 16/01/1900, p. 4).

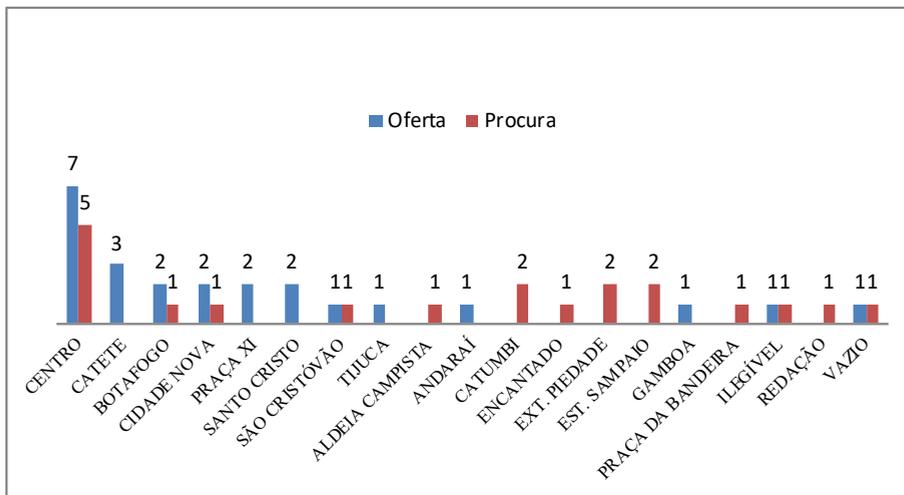
A primeira década do século XX concentra três fatores importantes: a construção de espaços físicos para a assistência à infância pobre, mediante a abertura de instituições dirigidas por médicos⁴; os congressos de medicina⁵ nos quais a criança aparecia como personagem central de discussões; e o reordenamento urbano na capital, fundamental na percepção das demarcações territoriais da cidade e sua relação com os habitantes — as mães, as amas, a imprensa, os médicos, as crianças e as famílias envolvidas.

As localizações de oferta e procura do leite mercenário são importantes para conhecer os lugares onde o público contratante e as amas ofertantes estavam. Compreender a dimensão espacial do serviço é entender a própria conformação do espaço urbano, das práticas sociais e culturais vigentes na Primeira República.

1900: localidades de oferta e procura de amas de leite

No ano de 1900, a palavra “ama de leite” apareceu 44 vezes no *Jornal do Brasil*, e todas indicavam o emprego ou a contratação do leite mercenário. Os anúncios apresentavam 16 localidades de amas de leite, como pode ser observado no gráfico 1:

GRÁFICO 1: Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1900).



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1900.

O gráfico 1 registra a presença de um tímido subúrbio entre as localidades em que as amas estavam. São Cristóvão tinha procura e oferta equivalentes, o centro da cidade contava com o maior contingente de procura e oferta, seguido pelo distrito do Catete. Praça XI e Santo Cristo, nas imediações do Centro, eram áreas de oferta. As freguesias de Santana, Santa Rita e Santo Antônio demarcavam os espaços mais degradados da cidade, nas imediações da Praça XI, denominadas Pequena África, como pontua Lúcia Silva (2013, p. 216). Santo Cristo, nos limites da zona portuária e dos distritos da Saúde e de Gamboa, contava com uma leva de imigrantes e egressos do cativo, que vinham trabalhar no porto (ABREU, 2013).

Chama atenção a figura do subúrbio como espaço que desponta na procura por amas de leite. Partindo de localidades como o Encantado, a Estação da Piedade e a Estação de Sampaio, que apresentavam um índice maior do que distritos mais próximos à área central — como Santo Cristo, Praça XI e São Cristóvão.

Como demonstrou Damazio (1996), se os deslocamentos para o subúrbio não compensavam os gastos de locomoção, que podiam chegar a 600 réis para uma viagem de segunda classe entre o Centro e o Engenho Novo, quem eram as famílias que procuravam por amas de leite no subúrbio?

Em 1900, a oferta podia partir de uma portuguesa, residente na Rua da Passagem. A imigrante de 24 anos, que há poucos dias havia dado à luz um filho, precisava de um emprego: “Aluga-se uma ama de leite de 24 anos de idade, leite de quinze dias, portuguesa e muito carinhosa; quem pretender tenha a bondade de dirigir-se à Rua da Passagem n. 63, Botafogo” (JORNAL DO BRASIL, 27/08/1900, p. 4). Também partia de Vila Isabel, de uma senhora casada em busca de casa de bom trato: “Uma senhora de cor branca, casada, oferece-se como ama de leite para casa de família de tratamento; na Rua Jorge Rudge n. 15, Boulevard Villa Isabel” (JORNAL DO BRASIL, 08/05/1900, p. 4). O anúncio indicava a necessidade de complementar a renda familiar; cor e matrimônio figuravam na oferta como “predicados” do anunciante. As ofertantes também vinham de Santo Cristo, com leite de apenas um mês: “Aluga-se uma ama de leite, com dezenove anos de idade, com leite fresco de um mês na Rua Visconde de Sapucaí n.121” — Santo Cristo (JORNAL DO BRASIL, 07/06/1900, p. 4). Resta a indagação de como ficavam os filhos dessas nutrizes, que deixavam de receber o leite materno aos 15 ou 90 dias de vida, e poderiam facilmente integrar os índices de mortalidade infantil, em razão da ingestão de papas e farinhas tão comuns de seu tempo.

Percebe-se que a remuneração das amas de leite faz relação com a localização dos bairros e, possivelmente, com o capital financeiro de seus moradores. A ama da Cidade Nova, na altura da Praça Onze, reduto de egressos do cativo e habitações coletivas, tinha remuneração de 50 mil réis, enquanto no Catumbi, mais próximo ao Rio Comprido e à Tijuca, reduto fabril para a indústria têxtil, a remuneração chegava aos 80 mil réis, para o exercício da mesma função.

Subúrbio era o termo utilizado desde fins do século XIX para demarcar as áreas fora do Centro, acompanhavam a linha férrea da Central do Brasil e havia, entre eles, uma clara “hierarquia interna, na qual alguns bairros eram desprovidos de infraestrutura — como Cascadura — e, outros definidos localmente como mais chiques e mais elegantes” (SHWARCZ, 2017, p. 167). Entre os mais chiques estavam Jacarepaguá, Tijuca e Méier, pelo clima serrano. Enquanto os bairros menos equipados eram os mais distantes do Centro e “ocupados basicamente por uma população pobre e imigrante, que sai do Rio com a Reforma Passos e com o fim da escravidão” (SHWARCZ, 2017, p. 167).

Tendo o valor habitacional como parâmetro do poder aquisitivo da remuneração das amas, observa-se que, em 1903, quando o aluguel de amas continuava em torno de 100 mil réis mensais, era possível alugar uma casa com dois quartos e duas salas no Méier, por 35 mil réis (JORNAL DO BRASIL,

01/01/1903, p. 8), aluguel que correspondia a 35% dos ganhos das nutrizes, fora os gastos com deslocamento.

No Catumbi, mais próximo ao Centro, uma casinha para casal sem filhos não saía por menos de 30 mil réis mensais (JORNAL DO BRASIL, 01/01/1903, p. 8). A comodidade da localização compensava o desconforto das dimensões do espaço. Na Estação da Mangueira, uma casa com duas salas, quintal e muita água era alugada por 60 mil réis. (JORNAL DO BRASIL, 01/01/1903, p. 8). Para morar no Catete ou no Flamengo, a soma era ainda mais vultosa. Uma casa espaçosa para casal sem filhos não saía por menos de 70 mil réis mensais no Flamengo, e 60 mil réis no Catete (JORNAL DO BRASIL, 10/05/1903, p. 8). Na região central, o custo de uma boa moradia seguia os índices de preço dos arrabaldes da Zona Sul. Uma casa com duas salas, cozinha e área na Rua Frei Caneca custava 70 mil réis mensais (JORNAL DO BRASIL, 10/05/1903, p. 8).

A diferença entre essas localidades não estava apenas no preço, mas no espaço oferecido. Enquanto os subúrbios ofertavam casas amplas, os arrabaldes da Zona Sul dispunham de uma “grande sala”, ou de “duas salas”. A proximidade com o Centro trazia custos elevados para o cotidiano da população que se arriscava a permanecer por lá. Não sem motivos, o grande contingente populacional residia em habitações coletivas, pois havia ainda a necessidade de alimentação, deslocamentos, e itens básicos que garantissem a sobrevivência e fossem comportados em seus salários.

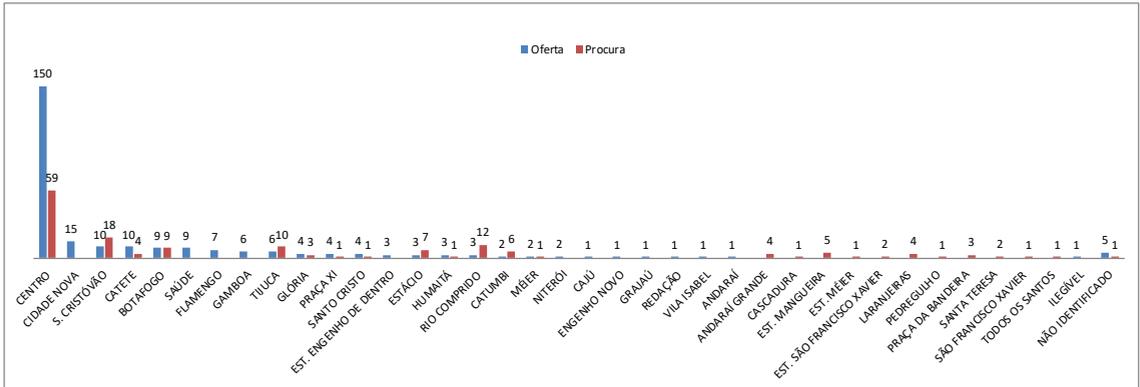
O ano de 1900 sugere que a ama de leite podia ter rendimento entre 50 e 80 mil réis; a procura e a oferta indicam uma proporcionalidade do serviço pela cidade, bem como uma diversificação das localidades em que a nutriz podia trabalhar. Esse quadro justifica o fato de serem latentes as preocupações médicas em esclarecer a população sobre os perigos do leite mercenário, e mesmo da administração do leite de vaca ao recém-nascido.

1903: a diversificação das localidades de amas de leite

Em 1903, o *Jornal do Brasil* contava com 438 anúncios de amas. A média mostra que o leite mercenário foi lembrado ao longo dos 365 dias do ano. Diferentemente do ano de 1900, no qual se registraram 16 localizações de procura ou oferta, em 1903, essas mulheres podiam circular por 34 regiões distintas da cidade. Das freguesias centrais aos arrabaldes, de norte a sul, é possível

localizar a demanda por amas, em número quase dez vezes superior ao índice de ocorrências em 1900, como se observa no gráfico 2:

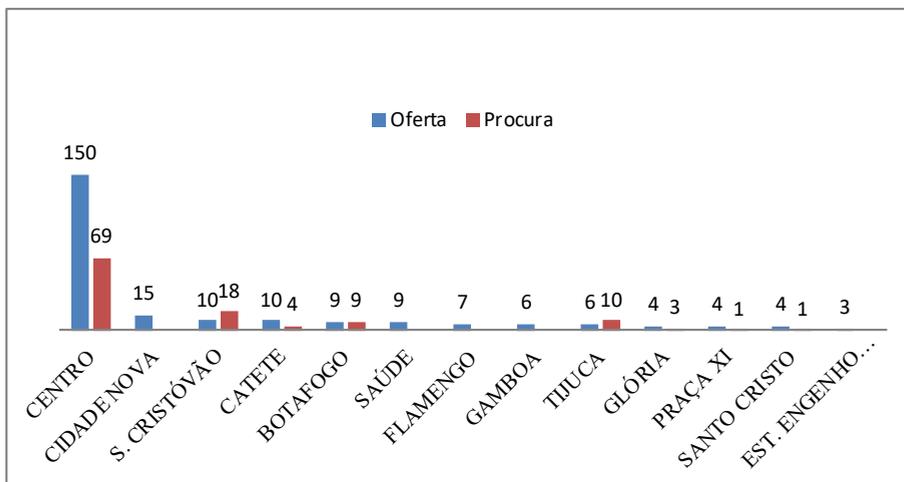
GRÁFICO 2: Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1903)



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1903.

De um lado, tem-se a demanda por amas que partem da Cidade Nova e de São Cristóvão, seguindo a linha da Central do Brasil. A Cidade Nova era uma região de moradia de mulheres recém-chegadas à cidade; imigrantes portuguesas e espanholas. Foi marcada por estalagens (JOÃO DO RIO, 2012), “prédios estreitos e muito profundos [...] em tudo revelando a preocupação de aproveitar intensamente o espaço próximo ao centro” (ABREU, 2013, p. 41). São Cristóvão, antigo bairro imperial, tinha estrutura de redes de esgoto, iluminação e canalização que propiciavam o comércio industrial. Diversas indústrias se estabeleceram na região, aproveitando suas facilidades estruturais e a malha de transporte que atendia o distrito. Oferecia “grande proximidade aos eixos ferroviários e aos diversos portos que serviam a cidade (Cais dos Mineiros, Cais Pharoux, Gamboa, Ponta do Caju), dos quais as indústrias dependiam para o recebimento de matérias primas e para exportação” (ABREU, 2013, p. 55). A concentração de procura por amas nessa área sugere a presença de mulheres operárias, que trabalhavam nas fábricas e necessitavam de nutrizes para cuidar da sua prole, como pode ser observado no gráfico 3 (ampliado/parte 1):

GRÁFICO 3 ampliado/parte 1: Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1903).



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1903.

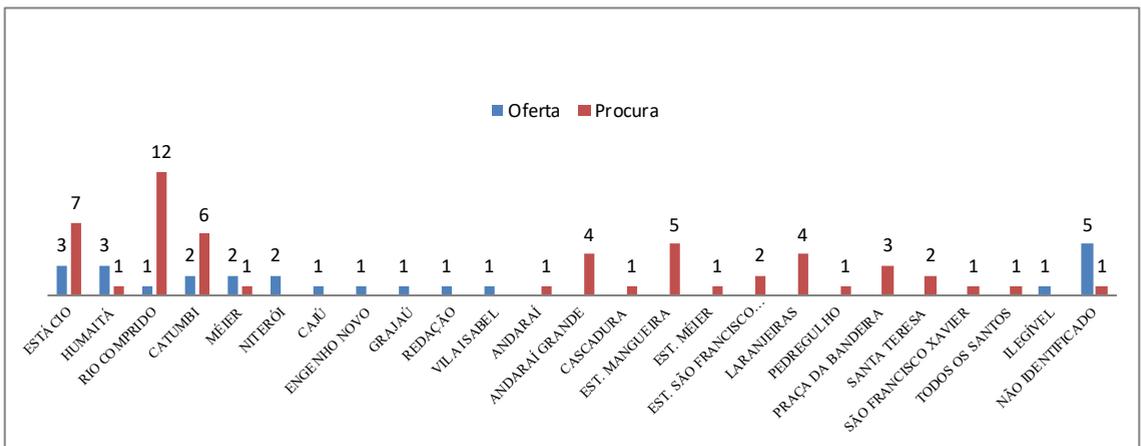
No sentido oposto, Catete, Botafogo, Flamengo e Glória compreendiam áreas de oferta de nutrizes, mas apenas Botafogo tinha um índice equivalente entre procuras e ofertas. Tais índices sugerem não serem as famílias abastadas do bairro, residentes de chácaras e ruas arborizadas, que figuram no jornal.

No Catete, a Rua Tavares Bastos anunciava a procura por uma ama que pudesse viajar para a Europa a serviço: “Precisa-se de uma ama de leite, caso queira pode acompanhar a família à Europa; na Rua Tavares Bastos n. 35, Catete” (*JORNAL DO BRASIL*, 22/05/1903, p. 3). O anúncio confirmava o potencial econômico dos habitantes do bairro de elite que, certamente, custeariam passagem, alimentação, moradia, além de proventos à ama no exterior.

Segundo o gráfico 3 (ampliado/parte 2), apresentado abaixo, Estácio, Catumbi, Rio Comprido, e nas localidades próximas ao Centro que se expandiam através dos aterros, tinham procura superior à oferta, o que faz lembrar a relação com a indústria têxtil destas localidades. No que concerne aos subúrbios, a região norte da cidade não era reduto de mulheres que necessitavam do emprego como nutriz; estas se encontravam na área central e nos cortiços e casebres da Rua da Passagem, em Botafogo. O subúrbio que

aqui aparece era o Andaraí Grande, que corresponde aos atuais bairros de Vila Isabel e Tijuca (SANTOS, 1965), bem como as Estações da Mangueira, do Méier, de São Francisco Xavier, da Praça da Bandeira, do Pedregulho e de Todos os Santos.

GRÁFICO 3 ampliado/parte 2: Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1903).



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1903.

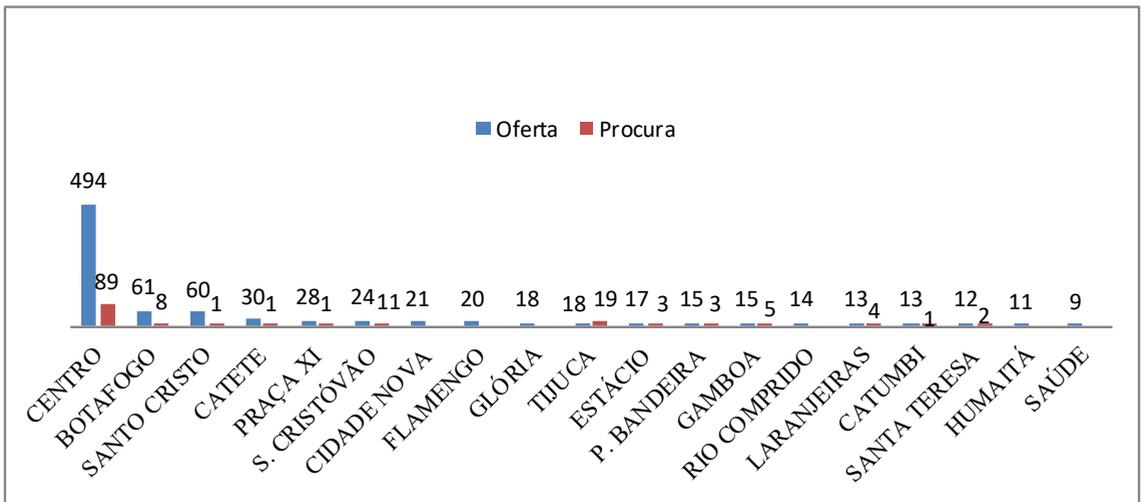
Em 1903, novas localidades apareceram na configuração de espaços de amas de leite. Vale destacar o Engenho Novo, o Méier, a Estação da Mangueira e a Estação São Francisco Xavier. Áreas que tiveram a distância do centro da cidade encurtada pela ferrovia e denotam a vigência da circulação do serviço de leite mercenário.

1906: o subúrbio e as amas de leite

De acordo com o *Recenseamento* de 1906, a Reforma Urbana causou mudanças estruturais na população que habitava a cidade, contribuindo diretamente

para o seu deslocamento. O ano conta com 1.176 ocorrências do termo ama de leite, as nutrizes estavam distribuídas por 39 localidades como se observa no gráfico 4 (ampliado/parte1):

GRÁFICO 4 ampliado/parte 1: Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1906).



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1906.

No centro da cidade, a procura também indica a posse do contratante, e afirma a área central ainda como espaço de detentores do capital, sendo compostos por famílias que residiam ou tinham comércio em sobrados, como indica a procura por uma ama que acompanhasse a família até o Maranhão: “Precisa-se de ama, para acompanhar uma família ao Maranhão; trata-se na Rua do Espírito Santo n. 4” (JORNAL DO BRASIL, 10/01/1906, p. 8). Presume-se que a ida da ama tinha garantido os gastos com o seu deslocamento, moradia, alimentação, e um pagamento mensal. Da Rua do Riachuelo, de palacetes e fidalgos, nos Oitocentos, ainda se observa a procura por uma ama que precisava ter leite de um ano, mas não poderia levar o filho. A ressalva sugere que a criança a ser amamentada já estava em idade avançada, mas a família buscava manter o aleitamento materno: “Precisa-se de

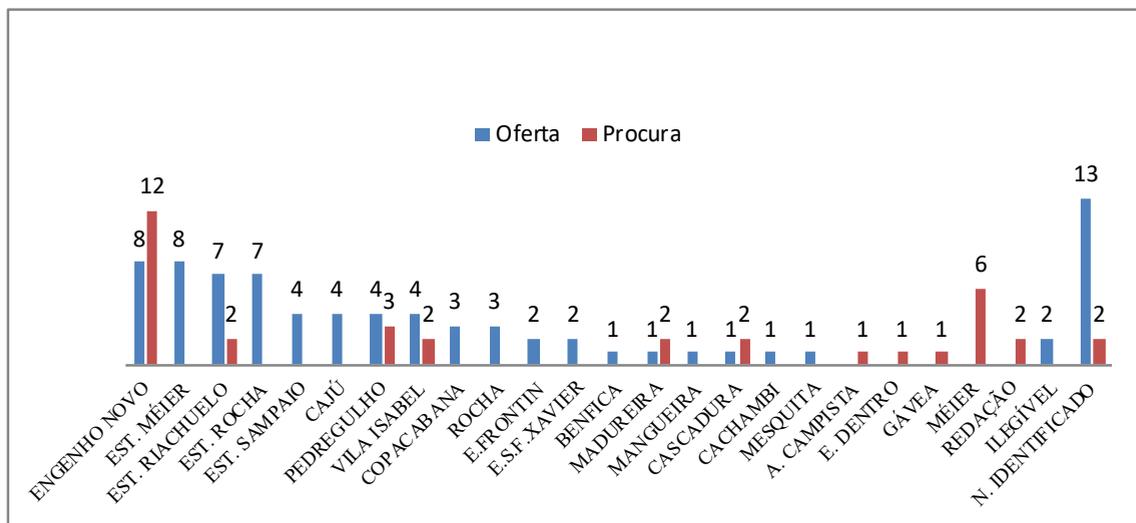
uma ama de leite que tenha leite de um ano e que seja o mais possível asseada e carinhosa; na Rua do Riachuelo n. 166, porém quer-se que não traga filhos, dá-se bom ordenado” (JORNAL DO BRASIL, 21/01/1906, p. 6). Esse anúncio vai de encontro ao estímulo das farinhas lácteas e papas anunciadas nos jornais, e ao encontro das defesas médicas pela permanência do aleitamento biológico, ainda que este não fosse realizado pela mãe da criança. A exposição da busca de emprego no periódico traz a história de um casal de espanhóis recém-chegados à cidade: “Um casal espanhol precisa empregar a mulher para ama de leite ou serviços de casa e o marido para arrumar casa e limpeza de quartos; para tratar na Rua de Sant’Anna n. 64, casinha n. 16” (JORNAL DO BRASIL, 26/06/1906, p. 7); ou da portuguesa com leite de dois meses, que deixava contato para sua localização em uma farmácia na Rua Senhor dos Passos: “Aluga-se uma ama de leite, portuguesa, chegada há pouco; com leite de dois meses e em abundância; trata-se na Rua Senhor dos Passos n. 190, Pharmacia” (JORNAL DO BRASIL, 04/09/1906, p. 1).

Botafogo se consagrou como espaço de oferta e não de procura por amas de leite. O bairro, que nascera nobre nos Oitocentos, era repleto de habitações populares. Muitas casas de cômodo foram construídas em ruas como Senador Pompeu, São Clemente, Senador Eusébio e Bambina, que se situavam nos fundos dos terrenos, a fim de “camuflar sua existência” (DAMAZIO, 1996, p. 57), sendo possível moradia das nutrizes que ofertavam serviço.

O entorno do centro da cidade aparece com índices elevados de oferta em Santo Cristo, Catete e Praça XI. A fábrica São Cristóvão, em 1906, se transformou em localidade de oferta de amas de leite, assim como Cidade Nova, Glória, Tijuca, Estácio, Praça da Bandeira e Gamboa. Até Laranjeiras, área fabril que em 1903 indicava ser espaço de procura por amas, havia se transformado em possível zona de oferta. Da mesma forma, Rio Comprido, Catumbi, Saúde, e o distante Humaitá. O centro da cidade e seus limites estavam categoricamente transformados em lugares de oferta do leite mercenário.

O quadro do subúrbio, que pode ser observado no gráfico 4 (ampliado/parte 2), apresentado abaixo, também sofreu alterações, estando presentes mais localidades atingidas pela cultura da venda do leite humano. Apenas as estações de Engenho Novo, Madureira, Aldeia Campista, Gávea, e Méier (Estação e Bairro) mantinham maior procura por amas do que oferta, enquanto Pedregulho e Vila Isabel apresentavam paridade na demanda. De outro lado, as estações de Riachuelo, Sampaio, Frontim, São Francisco Xavier, Caju, Rocha, Benfica, Cachambi e Mesquita surgiram ou vieram a se tornar subúrbios que ofertavam os serviços de leite.

GRÁFICO 4 ampliado/parte 2: Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1906).



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1903.

Se o *Jornal do Brasil* sugere o aumento da oferta dos serviços de ama em detrimento da procura, tudo indica que manter o anúncio era lucrativo não apenas para a redação, mas também para as mulheres que buscavam a sobrevivência neste serviço e continuavam sendo contratadas pelas famílias de assinantes. Se de um lado tem-se no bojo das preocupações médicas a ama de leite, do outro lado encontram-se crianças que receberiam o leite mercenário, sujeitas a doenças digestivas. Nesse ambiente, encontra-se a Policlínica de Crianças do Rio de Janeiro — situada no distrito de São Cristóvão, uma região fabril, como pontuado por Maurício Abreu (2013), nas proximidades das localidades da Cidade Nova, do Catumbi e da Praça XI. A preocupação do diretor da Policlínica, o médico Fernandes Figueira, recaía justamente sobre as crianças desses redutos onde a notícia da utilização do leite mercenário figurava diariamente no jornal.

Na tese intitulada *Alimentação e desenvolvimento infantil*, o acadêmico Mario Gomes (1916) realizou um estudo, na Policlínica das Crianças, baseado em 150 observações, no qual assinala o endereço de moradia da criança

e o tipo de alimentação que lhe era ministrada. As crianças atendidas vinham da Cidade Nova, da Praça Onze, da Tijuca, do Estácio, de São Cristóvão, justamente áreas de onde partiam, em abundância, ofertas e procuras pela ama de leite. Essas áreas também eram localidades fabris, cujas mães, possíveis operárias, realizavam a amamentação mista ou o completo desmame biológico, recorrendo ao pagamento da nutriz. Sobre os dados de Mario Gomes, Sanglard e Ferreira (2014, P. 81) analisam que:

Das 150 crianças observadas por Mario Gomes (1916) na Policlínica das Crianças para sua tese, 22 moravam na mesma habitação coletiva; as ruas com mais crianças atendidas eram Barão de Itapagibe (6), Frei Caneca (5) e São Cristóvão (4) — conformando o eixo principal de ação da instituição, que se espalhava para as ruas de S. Carlos, Mariz e Barros, Praia Formosa e outras. A maioria das crianças (46,67%) alimentava-se exclusivamente do leite materno, e no conjunto da alimentação mista poucas eram as que não tinham tido contato algum com esse tipo de leite. A ausência de amas de leite pode ser considerada mais um indicativo da ocupação das mães.

A ausência do aleitamento mercenário sugere a possível eficácia do discurso médico, segundo o qual antes o aleitamento misto (alternância entre o leite materno e de vaca ou mingaus) do que a utilização da ama de leite. Indica também outro fator: a defesa das creches próximas aos locais de trabalho, realizadas pelo médico como meio de permitir que a mãe trabalhasse (FIGUEIRA, 1910). Contudo, sugere-se ainda que, apesar da campanha e dos índices demonstrados nos atendimentos, a presença de amas de leite na região era comum, assim como a procura da mãe operária por uma nutriz, o que explica que estivessem no cerne das ações médicas.

O discurso médico e a fiscalização das amas de leite

Dentre as primeiras tentativas de fiscalização do serviço de leite mercenário estava a proposta do médico Arthur Moncorvo de Figueiredo⁵, publicada em 1876, na *Gazeta Médica da Bahia*. O projeto almejava a fiscalização da lactação mercenária, resguardando a saúde das crianças quando “[...] a materna é impossível ou inconveniente” (FIGUEIREDO, 1876, p. 496). Seu plano indi-

cava o exame de mulheres livres e escravas na Corte Imperial, em um escritório anexo à Junta de Higiene Pública.

Contudo, não recebeu aprovação. Somente após oito anos, um novo intento obteve destaque nos meios acadêmicos e políticos. Em 1884, tramitou, na Câmara Municipal, o Projeto de Posturas sobre Amas de Leite (POSTURAS, 1880-1888), que instituía a realização obrigatória de exame de amas no Instituto Municipal. Sendo aprovada, a ama teria um registro e uma matrícula. Era necessária a apresentação do filho ou a certidão de óbito da criança, e se a ama atuasse sem a devida certificação, ficava sob pena de multa e prisão.

A busca pela elaboração e organização do Instituto de Amas⁷ foi breve e marcada por disputas de poder. Dentro de poucos meses, corpo médico e regulamento foram criados. Tal rapidez talvez indique a necessidade de uma fiscalização como resposta às indagações e preocupações médicas. A inscrição no exame era comprovada pelo registro em dois livros de matrícula, uma para escravas e outro para livres. A quantia a ser paga para obtenção do exame e certificação correspondia a seis mil réis, com validade de três meses.

Após alguns meses, o Instituto alegava dificuldades no projeto de fiscalização⁸. A documentação subsequente, que se tem notícias, apareceu em 1885 e tratava sobre o atraso de pagamentos. Tudo indica que a rapidez é o termo que melhor define essa instituição: rapidez de criação e extinção, uma vez que, em agosto de 1885, é mencionada como extinta.

Até 1888, encontramos no exercício do aleitamento mercenário dois grupos: mulheres escravizadas que atuavam como amas, gerando rendas para seus senhores; e mulheres que buscavam famílias para trabalhar como nutrizes. Em comum, tinham o serviço doméstico e a presença no seio de uma família. Para além das questões higiênicas, a própria ama de leite representava um perigo em potencial, uma vez que circulava no interior das residências e, se portadora de algum mal, seu leite poderia contaminar os filhos da elite.

Alguns anos após criar o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI), Moncorvo Filho propôs, em 1903, um *Projeto de regulamentação do serviço de amas de leite* (MONCORVO FILHO, 1909). Como não conseguiu aprovação, em 1913, em conjunto com outros colegas da sua instituição, o médico elaborou um novo esquema, que foi utilizado de base para a normatização da fiscalização realizada no IPAI.⁹

O exame oferecido previa a concessão de uma caderneta às mulheres aptas a trabalhar como amas. Para obtê-la, era necessário se submeter ao exame médico completo. A ama poderia ter a caderneta cassada se o filho

estivesse maltratado e a criadeira não fosse trocada; e em casos de destrato da criança amamentada.

Em 22 anos de atividade do Dispensário Moncorvo Filho, 3.550 mulheres tentaram se tornar amas “fiscalizadas”, porém menos de 1.000 foram aprovadas para o mercado de trabalho de leite na cidade do Rio de Janeiro. Um número baixo, se considerarmos que no *Jornal do Brasil*, em três anos de análise, 1901, 1903 e 1906, o termo aparece ao menos 1.654 vezes, indicando a rigidez da dinâmica de seleção.

A rejeição de mulheres foi crescente com os passar dos anos, o que pode sugerir o aprimoramento das normas do exame, a presença de mulheres cada vez mais distantes do perfil adequado, ou uma insatisfação das famílias contratantes. À medida que a rejeição aumentava, também seguia crescente o número de mulheres que se dispunha à atividade. Se em 1908 registrou-se que 113 mulheres seguiram até o IPAI a fim de passar pelos procedimentos de qualificação, em 1916 o número foi elevado para 264 mulheres, chegando aos índices de rejeição de 96%, quando em 1918 das 183 mulheres examinadas apenas 7 adquiriram certificação.

Apesar da ausência de aprovação pelos poderes públicos, os serviços prestados pelo IPAI seguiram atuantes na cidade. Em 1921 mais um projeto¹⁰ aparece na Câmara, agora com aprovação do então prefeito do Distrito Federal, Carlos Sampaio (RODRIGUES, 1922). O documento sinalizava que a Prefeitura estabelecia o Regulamento do Departamento Municipal de Assistência Pública para a fiscalização das amas mercenárias mediante o decreto n.1543 de 20 de abril de 1921. Segundo o decreto, a fiscalização de amas deveria ocorrer em dispensário clínico municipal ou subvencionado, onde as amas teriam um registro pelo qual seria certificada para trabalhar em casa de terceiros ou receber crianças para amamentar.

O decreto reconhece os meios mais antigos de fiscalização existentes na cidade, assim descritos: “Art. 371: são equiparados aos certificados oficiais os que forem conferidos por Institutos de Proteção e Assistência à Infância, reconhecidos por lei com direito a regalia e com serviço desta natureza perfeitamente aparelhado” (RODRIGUES, 1922). Pela primeira vez o trabalho realizado no IPAI ganhava respaldo legislativo.

Em dezembro de 1923, o presidente Arthur Bernardes aprovou o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública (DECRETO 16.300, 1923), com um capítulo destinado a Amas de Leite. O decreto informava, no artigo 361, que não reconhecia a indústria de amas de leite, mas a tolerava, e, portanto, estabelecia critérios ao emprego como nutriz.

Não poderiam ser empregadas mulheres que tivessem filhos com menos de quatro meses de vida e, em caso de falecimento da criança, o atestado de óbito deveria ser apresentado. A Inspetoria de Higiene Infantil, submetida ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), seria o órgão responsável por conceder conselhos sobre amas de leite. No seu Dispensário constava “Art. 363. Proibida no Distrito Federal a indústria da criação assalariada em domicílio” (DECRETO 16.300, 1923). As que tivessem sob seu cuidado lactantes de outras famílias deveriam informar, sendo multadas em caso de descumprimento. Após a comunicação, a inspetoria faria visitas semanais para zelar pelo lactante. “Art. 367. Merecerão igualmente proteção do departamento Nacional de Saúde Pública as instituições que disponham de cantinas maternas, de abrigo de mulher-mãe, segundo o tipo de Rocquart de Turtot, e, as que organizem preventórios contra a tuberculose” (DECRETO 16.300, 1923).

Ficava a cargo da Inspetoria de Higiene Infantil reduzir a mortalidade infantil no Distrito Federal. As fichas de amas de leite deviam conter características físicas da nutriz e dos menores.

O médico à frente da Inspetoria de Higiene Infantil era Fernandes Figueira, o mesmo que com veemência havia se oposto a efetivação das amas na dinâmica de alimentação da primeira infância. No último dia do ano de 1923, o Presidente da República não apenas aprovou um decreto que informava não reconhecer a indústria de amas, como o mesmo decreto criava medidas para conviver com a prática presente no cotidiano da sociedade.

Considerações finais

A atividade de ama se manteve ao longo dos séculos. Esses séculos tiveram em comum a ama como parte dos hábitos daqueles que dispunham de recursos para manter uma nutriz. A princípio, foi identificada como uma forma de suprir os desejos ou necessidades de mães que se opunham ao aleitamento ou estavam impedidas de realizá-lo. Atividade exercida pela mulher escrava que, por vezes, permanecia no seio familiar como ama seca, obtendo o lugar de “mãe preta”. Observa-se, no início da República, que o recurso à ama de leite se expandiu entre as mães pobres, sendo exercido por mulheres brancas, pardas e negras, brasileiras ou estrangeiras, que encontravam no puerpério uma forma de renda.

Foi em uma cidade marcada pela abolição, transformação urbana e o desenvolvimento de uma cultura sanitária promovida pelo higienismo, que a infância se transformou em objeto da ação governamental. Não apenas a criança, mas um projeto de nação foi efetivado com vistas a salvar o recém-nascido da morte prematura e garantir um futuro nacional.

Observou-se uma cidade que sofreu a especulação imobiliária pelo seu processo de remodelação nas primeiras décadas do século XX, os impactos das expansões das redes de transporte desde fins do século XIX e a presença de uma linha férrea responsável por cortar as freguesias mais distantes e encurtar a distância com a área central, ainda que o bilhete pelo transporte não fosse acessível aos menos favorecidos. Foi justamente nas imediações da linha de trem que se encontrou a ama de leite e seu deslocamento pelas freguesias tem relação direta com o próprio crescimento da cidade e a pluralidade socioeconômica. Em 1903, a ama não era mais um recurso apenas da mulher de elite, o *Jornal do Brasil* indica que passou a ser requisitada na Fábrica das Chitas, em Vila Isabel, para atender possivelmente os filhos das operárias. A procura veio de “habitações modestas”, com pagamentos ainda mais modestos na Cidade Nova, no Engenho Novo, na Mangueira, sugerindo a presença de elites locais. Famílias que não poderiam morar nas proximidades do centro da Cidade pelo mesmo custo habitacional de Madureira ou São Cristóvão, onde as casas, além de diversos cômodos, tinham água em abundância, como sugere o classificado de aluguel no *Jornal do Brasil* (1903).

Observa-se a construção de tentativas diversas de fiscalizar a nutriz mercenária desde a segunda metade dos Oitocentos. Em 1923, a ama ainda estava na ordem das inquietações políticas do país. Assim, o presidente Arthur Bernardes aprovou o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública sem reconhecer o serviço de amas, mas estabelecendo os critérios para o emprego da nutriz (DECRETO 16.300, 1923).

Os anúncios sugerem uma brusca alteração no quadro das amas de leite na virada do século XIX para o XX, e levam, ao menos, a dois indicativos: a substituição do leite materno pelo leite de vaca ou farinhas lácteas não foi tão rápido como pontuou a historiografia. O primeiro devido aos custos de produção e comercialização, pois, pelo menos até os anos de 1920, a indústria de leite artificial esteve em processo de afirmação na cidade, quando foi identificada queda na aparição de amas de leite na imprensa e a Nestlé, por exemplo, estabelece sede em Araras, São Paulo, possivelmente barateando o custo do produto, até então importado. E, se durante séculos a ama foi um recurso restrito às classes mais abastadas, ao que tudo indica os temores

médicos se concretizaram e a atividade se disseminou entre as classes populares.

O mapeamento de amas revela a popularização entre as classes mais baixas, seguindo a linha do trem em direção aos subúrbios. O processo de fiscalização de amas impediu muito mais nutrizas ao exercício do aleitamento do que promoveu a sua expansão pela cidade. As ações dos médicos em defesa da construção nacional são frutos da virada do século XIX para o XX. E, a popularização das amas de leite indica que as práticas culturais foram tão influentes, ou mais, do que o discurso médico.

Notas

- 1 O texto apresentado integra o estudo desenvolvido na dissertação de mestrado intitulada “Precisa-se ou aluga-se: o mapeamento de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República”, defendida em 2018, no Programa de Pós Graduação da Casa de Oswaldo Cruz.
- 2 Em sua análise sobre o mito do amor materno, Badinter retorna aos primórdios da concepção de família na Antiguidade Clássica, passando pela Europa feudal e buscando compreender o papel de homens, mulheres e filhos para as diferentes sociedades. A partir do papel representado por cada um, as perspectivas de maternidade vão surgindo. Vale ressaltar que a criação por uma ama de leite fora do lar — a criança enviada para o campo crescendo distante dos pais — poderia ser concebida tanto como uma espécie de abandono, quanto como prova de amor em nome de seu bem-estar (BADINTER, 1985).
- 3 Periódico voltado à elite, marcado por aspecto sóbrio, notícias econômicas e políticas, poucas imagens ou chamadas de artigos espetaculosos. E “[...] seguindo a tradição, mantinha sucessivos folhetins” (SODRÉ, 1983, p. 243).
- 4 O Instituto de Proteção e Assistência à Infância, criado em 1899, pelo médico Arthur Moncorvo Filho; a Policlínica de Botafogo, criada em 1899, pelo médico Luiz Barbosa; e a Policlínica das Crianças, criada em 1909, dirigida pelo médico Fernandes Figueira.
- 5 Neste âmbito, vale destacar, dentre outros, o V Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, em 1903, na cidade do Rio de Janeiro; o IV Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada, em 1906, ocorrido em Milão; e o Congresso de Assistência Pública e Privada, em 1908, no Rio de Janeiro (FREIRE; LEONY, 2011).
- 6 Médico formado pela Faculdade de Medicina, fundador da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, em 1881, e pai do médico Arthur Moncorvo Filho, fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro – IPAI.
- 7 O Instituto data de 1884, contudo a fonte com informações sobre a instituição

data de 1916. Ver: Instituto Municipal de Amas de Leite. Regulamento interno, escrituração, modelos etc. — 1884 e 1885. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Abr. 1916 (A pasta conta com alguns documentos referentes aos anos de 1884 e 1885).

8 O documento sobre as dificuldades de fiscalização de amas de leite é a mesma fonte referente à criação do Instituto Municipal de Amas de Leite, que conta com notícias diversas sobre a instituição. Ver: Instituto Municipal de Amas de Leite. Regulamento interno, escrituração, modelos etc. 1884 e 1885. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Abr. 1916 (A pasta conta com documentos referentes aos anos de 1884 e 1885).

9 Somente em 1923 se teve um posicionamento governamental sobre esta questão, com a publicação do Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, no âmbito das atribuições da Inspeção de Higiene Infantil (IHI), dirigida por Fernandes Figueira. Um dos capítulos do Regulamento, embora voltado à regulamentação das amas, deixava claro no *caput* o não reconhecimento da indústria de amas de leite no Brasil. (REGULAMENTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. Decreto 16.300. Dez. 1923).

10 Em sua tese de doutoramento, Rodrigues transcreveu o projeto de regulamentação do leite mercenário na capital federal, que foi utilizado para compor esta análise. Ver: Regulamento do Aleitamento mercenário pela Prefeitura do Distrito Federal. Abr. 1921 (RODRIGUES, 1922).

Referências bibliográficas

- ABREU, Mauricio de. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- ARIÈS, Philippe. A descoberta da infância. In: **História Social da Infância e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: Um Haussmann Tropical — a renovação

urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, turismo e esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENCHIMOL, Jaime L. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. **O Brasil republicano**. Economia e sociedade, poder e política, cultura e representações. 4 vl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 231-286.

BRASIL GERSON. **Histórias das ruas do Rio**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2013.

CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro.

Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: Uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CARULA, Karoline. Alimentação na Primeira Infância: médicos, imprensa e aleitamento no fim do século XIX. In: SANGLARD, G.

(Org.) **Amamentação e políticas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1967.

DAMAZIO, Sylvia. **Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1996.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e Obediência**: criadas e seus padrões no Rio de Janeiro, 1860 e 1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MARCÍLIO, Luiza Maria. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MOTT, Maria Lucia. Ser Mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista de História USP**, São Paulo, v. 120, 1989.

NEEDELL, J. D. **Belle Époque Tropical** — sociedade e cultura da elite no Rio de

Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SÁ, Isabel dos Guimarães. A reorganização da caridade em Portugal em contexto Europeu (1490-1600). **Cadernos Noroeste**, série sociologia: Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2. 1998.

SANGLARD, Gisele. **Entre os salões e o Laboratório**: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940. 2005. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005.

_____. FERREIRA, Luiz Otávio. Pobreza e Filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). **Estudos Históricos**, v. 27, n. 53, Rio de Janeiro, p. 71-91, 2014.

SANTOS, Noronha. **As freguesias do Rio Antigo vistas por Noronha Santos**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

_____. **Meios de transporte no Rio de Janeiro**: história e legislação. V. 1. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/ Departamento Geral de Doc. E Inf. Cultural – Divisão de Editoração, 1996. (Coleção Biblioteca Carioca).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto**: Triste Visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando (Coord. da coleção); SEVCENKO, Nicolau (Org. do volume). **História da vida privada no Brasil 3**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Lúcia. A Paris dos trópicos e a pequena África na época do Haussman Tropical. In: **História Urbana**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Fontes primárias

ANDRADE, Alfredo A. de. **Regulamentação da venda de leite destinado ao consumo**. Estudo das causas que fazem variar a composição química do leite — Organização do serviço de fiscalização sobre a qualidade e venda. Rio de Janeiro, Typographia e

Lithographia Pimenta de Mello & C., 1912.
 BRASIL. **Recenseamento do Rio de Janeiro**. (Districto Federal). Realizado em 20 de Setembro de 1906. Rio de Janeiro, Officina da Estatística, 1907.
 COMÉRCIO de LEITE E ESTÁBULOS. **Projeto de postura**. Rio de Janeiro, Nov. 1918.
 DECRETO n. 434 de 16 de Junho de 1903. Dispõe sobre nova divisão territorial do Distrito Federal. (AGCRJ) Códice 18-3-13).
 FIGUEIRA, Antônio Fernandes. **Livro das Mães**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Livraria Francisco Alves, 1926.
 FIGUEIREDO, Carlos Arthur Moncorvo de. Projeto de regulamentação das amas de leite. In: **Hygiene Publica**. Gazeta Medica da Bahia, ano. VIII, n. 1, p. 496-504, 1876.
 INSTITUTO MUNICIPAL DE AMAS DE LEITE. Regulamento interno, escrituração, modelos etc. 1885 e 1885. **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Abr. 1916.
 LIMA, Pythagoras J. Barbosa. **O aleitamento mercenário e sua fiscalização**. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Escola Gerson, 1914.
 MONCORVO FILHO. Do exame das amas de leite no Brasil, 1903.
 PINTO, Ferreira Antonio. **O medico da primeira infância ou O conselheiro da**

mulher grávida e hygiene da primeira infancia. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1859.
 PIRES, Almeida. **Das amas de leite**. Quarto Congresso Medico Latino Americano. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.
 PROJETO DE ORGANIZAÇÃO DO PESSOAL MÉDICO da Ilm. Câmara Municipal. Exame de carnes verdes, estábulos de vacas e serviços de amas de leite. **Prefeitura do Distrito Federal**. Arquivo municipal, 1884.
 PROJETO DE POSTURA SOBRE AMAS DE LEITE. Posturas (1880-1888). 24, 25, 25A, 25 B. Códice 18-2-10. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
 REGULAMENTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. Decreto 16.3000. Dez. 1923.
 RODRIGUES, José Furtado. **O aleitamento mercenário** (a proposito do exame de puérperas e nutrizes) – cadeira de clinica obstétrica. Rio de Janeiro: Pap. E Typ. Queiroz –Rua da Quitanda, 1922.
 VENCIMENTOS. **Instituto de Amas de Leite**, 1886-1888. (AGCRJ).

Recebido em 29/04/2019
 Aprovado em 02/07/2019